

FACULDADE DE MEDICINA DE SÃO JOSÉ DO RIO PRETO

Comunicados
Edital G.D.G. Nº. 010/2004
O Diretor Geral da Faculdade de Medicina de São José do Rio Preto - Autarquia de Regime Especial - FAMERP, torna público, para conhecimento dos profissionais que atuam na Área de Enfermagem com interesse na área de Unidade de Terapia Intensiva, a abertura das Inscrições para a 3ª Turma do Curso de Pós-Graduação de Enfermagem na Unidade de Terapia Intensiva, aprovado pelo Conselho Estadual de Educação - Parecer nº. 115/2003 em 26 de março de 2003 e publicado no DOE de 11 de abril de 2003.

1. DA ORGANIZAÇÃO DO CURSO:
O curso terá duração de 18 meses, incluindo a Monografia com início em 17 de setembro de 2004 e término previsto feve-reiro de 2006.

2. DA CARGA HORÁRIA:
O curso terá um total de 540horas sendo 390h/a desenvol-vidas por professores em sala de aula e 150horas de parte prá-tica - estágio.

Será ministrado quinzenalmente:
às sextas-feiras das 19h às 23h;
aos sábados das 08h às 12h e das 13h às 17h.

3. DAS VAGAS:
Serão oferecidas no máximo 60 vagas e no mínimo 30 vagas.

4. OBJETIVOS:
Especializar enfermeiros na área de Enfermagem na Unidade de Terapia Intensiva, habilitando-os ao desempenho profissional na atenção à clientela que necessita de assistência de enfermagem de alta complexidade;

Capacitar enfermeiros para identificação dos riscos na área de UTI e preparar enfermeiros capazes de conduzir levanta-mento de dados, analisar e procurar soluções para os proble-mas de assistência em Enfermagem na Unidade de Terapia Intensiva, empregando o método científico na investigação.

5. DAS INSCRIÇÕES:
5.1 Período:
19 de julho à 18 de setembro de 2004.
Início do Curso: 17 de setembro de 2004.
Término do Curso: 18 de fevereiro de 2006.

5.2 Endereço:
FAMERP - Faculdade de Medicina de São José do Rio Preto Av: Brigadeiro Faria Lima, n.º 5416 - Vila São Pedro

5.3 Informações:
FAEPE - Fundação de Apoio ao Ensino a Pesquisa e a Extensão de Serviço a Comunidade - Fone: (17)227-6012 - 210-5716 ou 210-5700 Ramal 5815.

5.4 Taxa de Inscrição:
R\$ 50,00

6. DA SELEÇÃO:
Não haverá processo seletivo, inscrições até completar as vagas.

7. DA MATRÍCULA:
Diploma de Graduação em Enfermagem;
Registro no Coren, com pagamento da última anuidade;
Xerox do RG, CIC, Certidão de Nascimento ou Casamento;
2 fotos 3x4 recentes.

8. DEVOLUÇÃO DOS DOCUMENTOS:
Se necessário o prazo para a devolução dos documentos será de 30 dias a contar do último dia da data de inscrição, na FAEPE (Fundação de Apoio ao Ensino a Pesquisa e a Extensão de Serviço a Comunidade), apresentados no ato da inscrição. Findos este prazo os documentos serão incinerados.

9. DO REGIME DIDÁTICO DO CURSO:
A verificação do rendimento escolar será feita por discipli-na, incidindo sobre a frequência, a monografia e o aproveita-mento;

Frequência mínima de 75% e média igual ou superior a 7 (sete) de cada disciplina;

A monografia deve ser entregue encadernada e nos moldes desenvolvidos na disciplina de metodologia da pesquisa que será ministrada durante o curso.

Editai G.D.G. Nº 011/2004

O Diretor Geral da Faculdade de Medicina de São José do Rio Preto - Autarquia de Regime Especial - FAMERP, para conhecimento dos profissionais que atuam nas Áreas de Saúde, Educação e Social a abertura das Inscrições para 2ª Turma do Curso de Pós Graduação "Lato Sensu" - Especialização em Intervenção Familiar: Psicoterapia e Orientação, aprovado pelo Conselho Estadual de Educação - Parecer n.º 226, aprovado em 11/06/2003 e publicado no DOE de 13 de junho de 2003.

1. DA ORGANIZAÇÃO DO CURSO:
O curso terá duração de 24 meses, incluindo o Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) e início em 06 de agosto de 2004 e término previsto para novembro de 2006.

2. DA CARGA HORÁRIA:
O curso terá um total de 500horas divididas em atividades, práticas, teóricas e orientação de TCC.

Será ministrado quinzenalmente:
às sextas-feiras das 19h às 22: 00h;
aos sábados das 08h às 12h e das 13:30h às 17:00h.

3. DAS VAGAS:
Turma com no máximo 60 vagas e no mínimo 30.

4. DOS OBJETIVOS:
Geral:
formar profissionais de alto nível, capacitados para o aten-dimento da família sendo que Psicólogos e Psiquiatras poderão obter o título de Especialista em Intervenção Familiar: Psicoterapeuta. Demais profissionais poderão obter o título de Especialista em Intervenção Familiar: Orientação e Aconselhamento.

Específicos:
promover o aprofundamento teórico/prático nas principais abordagens sociológicas e psicológicas da família.
propiciar a análise crítica de questões contemporâneas relacionadas à família, comunidade e redes.

5. DAS INSCRIÇÕES:
5.1. Período: As inscrições estarão abertas no período de 15/07/2004 a 05/08/2004, das 8h às 17h na FAEPE - Fundação de Apoio ao Ensino à Pesquisa e Extensão de Serviço a Comunidade;

5.2. Endereço: Avenida Brigadeiro Faria Lima, 5416.

5.3. Informações: FAMERP - Faculdade de Medicina de São José do Rio Preto - Fone: OXX 17 227-6012, 210-5704 ou 210-5700, ramal 5888.

5.4. Taxa de inscrição: R\$ 80,00 (oitenta reais)

5.5. Mensalidades: 24 parcelas iguais de R\$ 380,00 (tre-zentos e oitenta reais)

6. DA SELEÇÃO:
Processo seletivo com análise de currículo, redação e entre-vistas individuais (candidatos sujeitos a aprovação)

7. DA MATRÍCULA:
ficha de inscrição em formulário próprio devidamente preenchida;
02 fotos 3x4;
comprovante de residência;

fotocópia do diploma do curso de graduação, ou certifica-do de conclusão, ou ainda declaração de matrícula para os alu-nos no último ano do Curso de Graduação;

fotocópia do RG;
fotocópia CPF;
contrato de Prestação de Serviços Educacionais;
currículo vitae resumido.

8. DEVOLUÇÃO DOS DOCUMENTOS:
Será devolvida toda documentação utilizada no processo seletivo aos candidatos que não conseguirem vaga.

9. DO REGIME DIDATICO DO CURSO:
Avaliação dos Alunos e Exigências para Obtenção do Certificado de Conclusão:
frequência mínima exigida : 75% das aulas, por disciplina; e 100% na prática/supervisão.

aprovação em todas as disciplinas.

desempenho nas avaliações escritas: média para aprova-ção de 7,0 (70%) de aproveitamento

desempenho no atendimento supervisionado: avaliação individual do aluno pelo supervisor por meio de relatório de ati-vidades e postura do mesmo no estágio: média 7,0.

apresentação Trabalho de Conclusão de Curso: relevância do tema e atendimento às normas metodológicas , no prazo determinado - apresentação pública, com valor mínimo de 7,0.

Juventude, Esporte e Lazer

GABINETE DO SECRETÁRIO

Portarias da Chefe de Gabinete, de 22-7-2004
Determinando a instauração de Processo Administrativo Disciplinar embasada no relatório da Sindicante de n.º 004/04,de fls. 127/138 e Parecer 229/04,de fls. 141/146 e Cota 260/04, de fls. 147, ambos da douta Consultoria Jurídica da Pasta, em face de Aléssio Gamberini Júnior, RG.7.673.637, ocu-pante de cargo em comissão de Diretor do Conjunto Desportivo “Constâncio Vaz Guimarães”, por infrigência ao disposto nos arts. 241, incisos III,V,XIII e XIV, 242, incisos V e 243, inciso XI, combinado com art. 256, inciso II, da Lei 10.261/68 e violação aos arts. 4 e 11, inciso II da L.F. 8429/92.

Designando NILSE MARIA PEREIRA MORAES, RG. 6.239.944, para que, nos termos dos arts. 264 e 265 da Lei Estadual 10.261/68, com a redação dada pela LC. 942/03, desenvolva a apuração preliminar averiguatória referente às irregularidades apresentadas nos autos - processo SEJEL 913/04

Acolhendo o relatório da Sindicante de fls. 67/72 e o Parecer 234/04, de fls. 79/83, determino a instauração de Sindicância, nos termos do artigo 265, § 3º da lei 10.261/68, alterada pela LC 942/03, em face de Olyntho Vitória Meirelles, RG. 7.607.232-0, Técnico Desportivo, nomeado em comissão para cargo de Delegado Regional de Esporte e Lazer de Ribeirão Preto, visando apurar fatos contidos no processo SEJEL nº054/04.

COORDENADORIA DE ESPORTES E LAZER

Retificação do D.O. de 13-7-2004
Na Portaria G.CEL. 43/2004, (Convocação para os Jogos Regionais da 2ª Fase - Tietê). Excluir: Madalena Nigro Ajala Leal, e incluir: Maria Salete Cassemiro de Souza.

Habitação

GABINETE DO SECRETÁRIO

Retificação do D.O. de 3-7-2004
No extrato de convênio do Município de Mirassolândia - Processo SH-307/05/2004, leia-se: Valor:..R\$ 97.743,39.

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO

Extrato de Contrato
Processo:- SH-100/01/2000-III Volume.
Contratante:- Secretaria da Habitação.
Contratada :- Uni Repro S/C Ltda.
Nono Termo de Aditamento ao Contrato de Locação de Equipamentos - (Reajuste)
Dando nova redação a cláusula Segunda do Oitavo Termo de Aditamento e ratificando as demais cláusulas do Setimo Termo de Aditamento e do Contrato Inicial.
Valor e Recursos: R\$ 30.030,60, na base mensal de R\$ 2.502,55, sendo R\$ 22.522,95 para o exercício de 2004 e R\$ 7.507,65 para o exercício de 2005.
Data da assinatura:- 19/07/2004

Meio Ambiente

GABINETE DO SECRETÁRIO

Resolução SMA - 40, de 21-7-2004
O Secretário Do Meio Ambiente, considerando a necessidade de implementar as ações constan-tes do Termo de Convênio, celebrado entre esta Secretaria de Estado do Meio Ambiente e o Município de Campinas, obje-tivando a operacionalização do Parque Ecológico Monsenhor Emílio José Salim e ,

considerando que a Cláusula Quinta da avenca, determina que a Supervisão Geral será exercida por representante desta Secretaria de Estado do Meio Ambiente, resolve:

Artigo 1º - O Supervisor Geral, a que se refere à Cláusula Quinta do Convênio supracitado será exercida pelo Senhor João Gabriel Bruno, portador do R.G. nº 5.725.437.

Artigo 2º - À Supervisão Geral caberá:

a. Supervisionar e fiscalizar a execução dos contratos decorrentes das ações previstas nas Cláusulas Primeira e Segunda;

b. Acompanhar e controlar a aplicação dos recursos previs-tos no Plano de Trabalho;

c. Mediar as questões suscitadas no âmbito da Comissão Técnico - Administrativa,

d. Apresentar semestralmente, ou em caráter extraordiná-rio, as informações e as prestações de contas relativas ao obje-to do presente convênio, inclusive quanto ao desenvolvimento dos subprojetos executados por meio de parcerias,

e. Apresentar anualmente ao Conselho de Orientação o Plano de Trabalho e Programa de Gestão do Parque.

Artigo 3º - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Resolução SMA - 41, de 21-7-2004
O Secretário Do Meio Ambiente, considerando a necessidade de implementar as ações constan-tes do Termo de Convênio, celebrado entre esta Secretaria de Estado do Meio Ambiente e o Município de Campinas , obje-tivando a operacionalização do Parque Ecológico Monsenhor Emílio José Salim e ,

considerando que a Cláusula Sexta da avença, prevê a constituição de uma Comissão Técnico - Administrativa, com-posta por 2 (dois) membros, sendo 1 (um) da Secretaria de Estado do Meio e 1 (um) da Prefeitura Municipal de Campinas, resolve:

Artigo 1º - A Comissão Técnico - Administrativa, a que se refere à Cláusula Sexta do Convênio supracitado será compos-ta pelos seguintes membros:

Como representantes da SMA
Carmem Tavares de Araújo Elias
Como representantes da Prefeitura Municipal de Campinas
Peter Traue

Artigo 2º - À Comissão, referida no artigo anterior compe-te:

a. Elaborar e fazer cumprir o Regulamento do Parque, pro-pondo alterações quando estas se fizerem necessárias,

b. Zelar pela fiel execução das metas constantes do Plano de Trabalho,

c. Participar da definição da Programação Anual, respon-sabilizando-se pela sua execução,

d. Elaborar os Relatórios Periódicos de Gestão e Controle, e. Supervisionar o trabalho exercido por terceiros no âmbi-to deste Convênio,

f. Reportar-se a Supervisão Geral, em questões suscitadas na execução deste Convênio,

g. Propor a inclusão de novos projetos, não contemplados na Programação e Plano de Trabalho.

Artigo 3º - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Resolução SMA - 42, de 21-7-2004
O Secretário Do Meio Ambiente, considerando a necessidade de implementar as ações constan-tes do Termo de Convênio, celebrado entre esta Secretaria de Estado do Meio Ambiente e o Município de Campinas, obje-tivando a operacionalização do Parque Ecológico Monsenhor Emílio José Salim e ,

considerando que a Cláusula Sétima da avença, prevê a constituição de um Conselho de Orientação, composto por 3 (três) representantes da Secretaria de Estado do Meio Ambiente, sendo um deles na condição de Presidente, 1 (um) representante da Prefeitura Municipal de Campinas, 1 (um) representante do Conselho de Meio Ambiente de Campinas - COMDEMA, 1 (um) representante do Conselho de Defesa do Patrimônio Arquitetônico e Cultural de Campinas - CONDE-PACC, 3 (três) representantes de entidades que desenvolvam projetos e ações de parceria no Parque, resolve:

Artigo 1º - O Conselho de Orientação, a que se refere à Cláusula Sétima do Convênio supracitado será composta pelos seguintes membros:

Como representantes da SMA
João Gabriel Bruno, na qualidade de Presidente,
Márcia Calamari,
Fernando Iorio Carbonari
Como representante da Prefeitura Municipal de Campinas
Marcos Francisco Martins
Como representante Conselho de Meio Ambiente de Campinas - COMDEMA
Paola Charry Sierra
Como representante do Conselho de Defesa do Patrimônio Arquitetônico e Cultural de Campinas - CONDEPACC,
Sonia Pardin
Como representantes das Entidades Parceiras.
Vitor Revidiego Lopes, Gerente de Comunicação Empresarial da REPLAN, como representante da Petróleo Brasileiro S.A - PETROBRÁS,
Antonio Augusto Pires de Oliveira Filho, Gerente de Relações Institucionais e Ouvidoria, como representante da Companhia Paulista de Força e Luz - CPFL e,
José Cardoso Teti, como representante da SHELL do Brasil

Artigo 2º - Ao Conselho de Orientação, órgão incumbido do assessoramento das funções normativas e fiscaliza-doras atinentes ao Parque, caberá:

a. Acompanhar a implantação e execução do Sistema de Gestão Compartilhada, observado o disposto na Cláusula Segunda,

b. Apreciar o Plano de Trabalho e os Relatórios de Gestão e Controle,

c. Referendar o Regulamento do Parque e suas possíveis alterações,

d. Manifestar-se sobre projetos não contemplados neste Convênio.

Artigo 3º - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Despacho do Secretário, de 19-7-2004
Processo: IG 30.162/2001 - Fundamentado na rescisão uni-lateral do contrato IG nº 002/02, Processo IG nº 30.162/01, o qual visava a prestação de serviços de controle, operação e fis-calização de portarias e edifícios da sede do Instituto Geológico e de acordo com o estabelecido no artigo 78, inciso I, da Lei Federal nº 8.666/93, combinado com o artigo 79, inciso I, do mesmo diploma legal, Aplico á empresa Tradserv Comércio E Serviços Ltda a sanção de impedimento para licitar e contratar com a Administração direta e pelo prazo de 02 (dois) anos, nos termos do inciso II, artigo 81 da Lei nº 6.544/89 e inciso III, arti-go 87 da Lei nº 8.666/93.

Portaria C.G. - 11, de 22-7-2004
Constitui responsáveis pelo acompanhamento da execução dos termos do contrato n.º 009/2004 - SMA/GSA, firmado com a empresa Companhia de Processamento de Dados do Estado de São Paulo - PRODESP, objetivando a prestação de ser-viços de informática, abrangendo os serviços de consultoria, desenvolvimento e manutenção de sistemas, processamento de dados, tratamento de informações, microfilmagem, treinamento e outros serviços compatíveis com sua finalidade, relacionados nas Planilhas de Orçamento (Anexo I) e nas “Especificações de Serviços e Preços” 4012.5, 4013.7, 4014.9 (Anexo II), constantes no Processo SMA n.º 002/2004

O Chefe de Gabinete, com fulcro nos artigos 67 e 73 da Lei Federal n.º 8.666/93, combinado com o artigo 64 e 70 da Lei Estadual n.º 6.544/89, resolve:

Artigo 1º - Designar os funcionários como responsáveis, para acompanhar e fiscalizar a execução dos termos do contra-to supracitado:

Coordenador: Abelardo Marcos Jr., RG n.º 9.099.591

Responsáveis:
Gabinete do Secretário e Assessorias:
Sérgio Oliveira dos Santos, RG n.º 16.617.628
Coordenadoria de Proteção dos Recursos Naturais - CPRN: Elizabeth Sutter, RG n.º 7.565.283-3

sexta-feira, 23 de julho de 2004

Coordenadoria de Planejamento Ambiental Estratégico e Educação Ambiental - CPLEA:
Roberto Monfrinato, RG n.º 5.134.426
Departamento Estadual de Proteção de Recursos Naturais - DEPRN:
Cristiane de Souza Brandão, RG n.º 22.039.094
Instituto Geológico:
Zenilda Silva Santos, RG n.º 11.754.494
Instituto de Botânica:
Celio Irineo Dal Ceno RG n.º 12.131.441
como responsáveis, para acompanhar e fiscalizar a execu-ção dos termos do contrato supracitado.

Artigo 2º - Esta portaria entrará em vigor na data da sua publicação.

GRUPO DE PLANEJAMENTO SETORIAL

Comunicados
Em obediência à Resolução 5, de 24/04/97, publicada em 10/05/97, do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, justi-ficamos e indicamos, a seguir, os pagamentos que devem ser providenciados de imediato para o bom andamento desta pasta, cujo não cumprimento implicará em prejuízos à ordem interna. Tais pagamentos estão sendo efetuados, excluindo-se da ordem cronológica da inscrição no SIAFEM.

PDS A SEREM PAGAS
DATA: 22/7/2004

UG LIQUIDANTE	NUMERO DA PD	VALOR
260103	2004PD00251	200,00
260103	2004PD00252	200,00
260106	2004PD00516	35,63
	TOTAL	435,63

Em obediência à Resolução 5, de 24/04/97, publicada em 10/05/97, do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, justi-ficamos e indicamos, a seguir, os pagamentos que devem ser providenciados de imediato para o bom andamento desta pasta, cujo não cumprimento implicará em prejuízos à ordem interna. Tais pagamentos estão sendo efetuados, excluindo-se da ordem cronológica da inscrição no SIAFEM, por se tratar de pagamento via contrato (Financiamento Externo) com o KIW/PPMA.

PDS A SEREM PAGAS
DATA: 22/07/2004

UG LIQUIDANTE	NUMERO DA PD	VALOR
260104	2004PD01173	7.000,00
260108	2004PD01550	500,00
260108	2004PD01551	2.000,00
260108	2004PD01552	1.000,00
260108	2004PD01553	1.800,00
260108	2004PD01554	700,00
260108	2004PD01555	530,00
260108	2004PD01556	1.000,00
260108	2004PD01557	3.500,00
260108	2004PD01558	1.500,00
260108	2004PD01559	900,00
	TOTAL	20.430,00

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO

Segundo Termo de Prorrogação e Ratificação
Contrato - nº 021/2003 - SMA/PPMA Contratante - o Estado de São Paulo, por intermédio da sua Secretaria de Estado do Meio Ambiente - Proc. SMA nº 181/2003 - Contratada CONSTRUTORA LEME DE CARVALHO LTDA. Valor - R\$ 175.140,71 - Assinatura - 22/07/2004 - Objeto prorrogação do prazo e condições para a entrega dos serviços contratados - Recursos - Projeto de Preservação da Mata Atlântica no Estado de São Paulo - SMA/KFW - Programa de Trabalho 18541260311020000 - Natureza da Despesa 449051 - UGE 260101 - Vigência - Prorrogado por mais 90 dias - Parecer C.J. SMA nº 408/2004.

Contrato - nº 021/2003 - SMA/PPMA Contratante - o Estado de São Paulo, por intermédio da sua Secretaria de Estado do Meio Ambiente - Proc. SMA nº 181/2003 - Contratada CONSTRUTORA LEME DE CARVALHO LTDA. Valor - R\$ 175.140,71 - Assinatura - 22/07/2004 - Objeto prorrogação do prazo e condições para a entrega dos serviços contratados - Recursos - Projeto de Preservação da Mata Atlântica no Estado de São Paulo - SMA/KFW - Programa de Trabalho 18541260311020000 - Natureza da Despesa 449051 - UGE 260101 - Vigência - Prorrogado por mais 90 dias - Parecer C.J. SMA nº 408/2004.

COMPANHIA DE TECNOLOGIA DE SANEAMENTO AMBIENTAL

Decisão de Diretoria - 72/2004/C, de 14-7-2004
Estabelece critérios para a dispensa de licencia-mento ambiental pela CETESB - Companhia de Tecnologia de Saneamento Ambiental de condo-mínio com fim residencial que especifica

A Diretoria Plena da CETESB - Companhia de Tecnologia de Saneamento Ambiental, com fundamento na faculdade previsa-ta no § 2º do artigo 57 do Regulamento da Lei n.º 997, de 31 de maio de 1976, aprovado pelo Decreto n.º 8.468, de 08 de setembro de 1976, com a redação que lhe foi dada pelo Decreto n.º 47.397, de 04 de dezembro de 2002, considerando os crité-rios adotados pelo GRAPROHAB - Grupo de Análise e Aprovação de Projetos Habitacionais, à vista dos Despachos PJ n.º 918/2004 e 951/2004, ambos do Departamento Jurídico e constantes do Processo n.º C/412/2004, e considerando o Relatório à Diretoria n.º 014/2004/C, que acolhe, DECIDE:

Artigo 1º - na conformidade do disposto no § 2º do artigo 57 do Regulamento da Lei n.º 997, de 31 de maio de 1976, aprovado pelo Decreto 8468, de 08 de setembro de 1976, com a redação que foi dada pelo Decreto 47397, de 04 de dezembro de 2002, fica dispensado do Licenciamento Ambiental de que trata o inciso X do mencionado artigo 57, pela CETESB - Companhia de Tecnologia de Saneamento Ambiental, o condo-mínio com finalidade exclusivamente residencial, regido pela Lei Federal n.º 4591, de 16 de dezembro de 1964, desde que se enquadre em uma das situações especificadas nos seguintes incisos:

I. se houver possibilidade de acesso à infra-estrutura bá-sica de saneamento, independentemente do número de unidades habitacionais, desde que localizado em:

a) Área Especialmente Protegida pela legislação ambiental, com área total de terreno inferior a 10.000 m2 (dez mil metros quadrados); ou

b) outros locais, com área total de terreno inferior a 15.000 m² (quinze mil metros quadrados); e

II. se não houver possibilidade de acesso à infra-estrutura básica de saneamento, com até 200 (duzentas) unidades habi-tacionais, desde que localizado em:

a) Área Especialmente Protegida pela legislação ambiental, com área total de terreno inferior a 10.000 m2 (dez mil metros quadrados); ou

b) outros locais, com área total de terreno inferior a 15.000 m² (quinze mil metros quadrados).